



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado João Daniel – PT/SE

COMISSÃO ESPECIAL DA POLÍTICA NACIONAL PARA PESSOAS COM AUTISMO (PL 3080/20)

PROJETO DE LEI Nº 3.080, DE 2020

"Institui a política pública nacional para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autismo, e dá outras providências."

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos ao Projeto:

“Art. _ - A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação em seu art. 3º:

‘Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno:

I - por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II - por neurodivergentes, na forma da legislação aplicável e do regulamento.’ (NR)

Art. YYY. A Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação em seu art. 19:

‘Art. 19

I - garantir a inclusão e a permanência de estudantes com deficiência **e neurodivergentes** na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado João Daniel – PT/SE

II - prestar apoio pedagógico específico às pessoas com deficiência e **a neurodivergentes**, inclusive por meio de práticas de extensão universitária, de forma a ensejar formação pedagógica destinada à inclusão;

.....' (NR)''

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de neurodivergentes é uma necessidade premente no avanço da legislação brasileira, o que se aplica a diversas áreas das políticas públicas. Em uma delas, a educação superior, é fundamental que sejam garantidos direitos aos neurodivergentes, o que propomos por meio desta Emenda, que os inclui na Lei de Cotas para as instituições federais de ensino superior (Ifes) e insere-os no programa Incluir, que é parte da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Diante do exposto, conclamamos aos Nobres Pares que votem em favor desta proposição legislativa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado João Daniel
PT/SE

2025-21337

